



**Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas  
Gabinete Deputado Estadual Serafim Corrêa  
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE**



**PROJETO DE LEI Nº 164/2019**

**PROPONENTE: DEPUTADO JOÃO LUIZ**

**RELATOR: DEPUTADO SERAFIM CORRÊA**

**DISPÕE** sobre a proibição da cobrança de mais de um ingresso para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou necessidade especial em eventos esportivos, de lazer, e entretenimento promovidos por estabelecimentos públicos e privados no Estado do Amazonas, e dá outras providências.

**PARECER**

**I – RELATÓRIO**

O Digno Parlamentar JOÃO LUIZ toma a iniciativa de propor o presente Projeto de Lei nº 164/2019, que dispõe sobre a proibição da cobrança de mais de um ingresso para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou necessidade especial em eventos esportivos, de lazer, e entretenimento promovidos por estabelecimentos públicos e privados no Estado do Amazonas, e dá outras providências.

Tal propositura foi apresentada no dia 28/0/2019, sendo incluído em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 02, 03 e 04 de abril de 2019, sem receber emendas,



**Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**  
**Gabinete Deputado Estadual Serafim Corrêa**  
**Comissão de Assuntos Econômicos - CAE**



em 15/05/2019, recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em voto do relator Deputado Wilker Barreto.

Em seguida, foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, designado como Relator o Deputado Saullo Vianna, e em 19 de junho de 2019, manifestou-se **CONTRÁRIO**.

Logo após, foi encaminhado para a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos no dia 20 de agosto de 2019, sendo rejeitado o parecer contrário oferecido pelo Deputado Saullo Vianna, e designando novo relator para emissão de parecer acerca da matéria, conforme o inciso V, do artigo 43<sup>1</sup>, do Regimento Interno.

É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente Projeto de Lei sob nº 164/2019 visa garantir a inclusão social de pessoas com deficiência ou com necessidades especiais, assegurando-lhes tratamento justo e igualitário, sem que estes sejam obrigados a arcar com o pagamento de um valor extra, referente a um ingresso adicional, apenas para ter acesso ao mesmo serviço prestado aos demais consumidores.

Compete a esta Comissão, em atendimento as determinações do art. 27, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Nesse diapasão, encontra-se totalmente ancorada na competência concorrente, insculpida na Carta Magna Federal e Estadual.

<sup>1</sup> Art. 43. Encerrada a discussão da matéria é processada a votação, aplicando-se, no que couber, as regras inerentes à votação em Plenário, devendo respeitar ainda ao seguinte ordenamento: (...) V – rejeitado o parecer, é designado novo relator dentre os que se opuserem ao posicionamento;



**Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas  
Gabinete Deputado Estadual Serafim Corrêa  
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE**



Em pesquisa aprofundada sobre o assunto em tela, essa Casa em 27 de março de 2015 promulgou a Lei nº 241 de autoria do ex-deputado CHICO PRETO, lei essa que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Amazonas, e dá outras providências, sendo desde então mais benéfica do que a proposição em comento.

Imprescindível se faz destacar o artigo 16, § 1º da supracitada Lei, do qual se transcreve abaixo:

Art.16. Fica instituída a gratuidade para pessoas com deficiência e meia-entrada para seu acompanhante nos eventos, em salas de cinema, em espetáculos de teatro e circo, em museus, parques e eventos educativos, esportivos, de lazer, culturais e similares.

§1º. A meia-entrada do acompanhante corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado, sem restrição de data e horário. (grifo nosso)

Ademais, é oportuno destacar que o artigo 166, inciso I e § único<sup>2</sup>, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Assim sendo, a propositura encontra óbice para prosseguimento na forma regimental.

<sup>2</sup> Art. 166. A prejudicialidade é a existência de fato impeditivo à discussão e à votação de proposição pela Assembleia, envolvendo as seguintes hipóteses: I – proposição idêntica ou assemelhada à outra em tramitação ou aprovada, observado o disposto no §1º do art. 126 deste Regimento; (...) Parágrafo único. A prejudicialidade implica no arquivamento da proposição pelo Presidente da Assembleia.



**Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**  
**Gabinete Deputado Estadual Serafim Corrêa**  
**Comissão de Assuntos Econômicos - CAE**



### **III – VOTO DO RELATOR**

Assim, tendo em vista que há óbice a tramitação do Projeto de Lei nº 164/2019, manifesto-me pelo **ARQUIVAMENTO**.

É o parecer.

Manaus, 21 de novembro de 2019.

Deputado **SERAFIM CORRÊA** - PSB

Relator



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS



**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

**CERTIDÃO DE VOTAÇÃO**

**PROJETO Nº** 164/2019

☒ PL    ☐ PLC    ☐ PEC    ☐ PRL

**AUTOR(A) DEPUTADO(A)** Soão Luiz

A Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM RESOLVE, por ☒ unanimidade ☐ maioria de votos, resolve ☒ APROVAR ☐ REJEITAR o parecer apresentado pelo Relator, às fls. retro, culminando no ☐ PROSSEGUIMENTO ☒ ARQUIVAMENTO da proposição em epígrafe.

Na hipótese de parecer rejeitado, fica desde já designador como novo relator, nos termos do art. 43, V do Regimento Interno da ALEAM, o (a) Deputado (a) \_\_\_\_\_

Manaus – AM, 03 / 12 / 2019

\_\_\_\_\_  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE  
DEPUTADO RICARDO NICOLAU – PSD

☒ Aprovar  
☐ Rejeitar  
☐ Abster

\_\_\_\_\_  
DEP. SAULLO VIANNA – PPS  
VICE-PRESIDENTE

☒ Aprovar  
☐ Rejeitar  
☐ Abster

\_\_\_\_\_  
DEP. WILKER BARRETO – PODEMOS  
MEMBRO

☐ Aprovar  
☐ Rejeitar  
☐ Abster

\_\_\_\_\_  
DEP. SERAFIM CORRÊA – PSB  
MEMBRO

☒ Aprovar  
☐ Rejeitar  
☐ Abster

\_\_\_\_\_  
DEP. ALESSANDRA CAMPÊLO – MDB  
MEMBRO

☐ Aprovar  
☐ Rejeitar  
☐ Abster

\_\_\_\_\_  
DEP. FELIPE SOUZA - PATRIOTA  
SUPLENTE

☒ Aprovar  
☐ Rejeitar  
☐ Abster

\_\_\_\_\_  
DEP. BELARMINO LINS - PP  
SUPLENTE

☐ Aprovar  
☐ Rejeitar  
☐ Abster

\_\_\_\_\_  
DEP. ROBERTO CIDADE – PV  
SUPLENTE

☐ Aprovar  
☐ Rejeitar  
☐ Abster